


[illegible]



Nº DO PROCESSO	0010406/2023	DATA DE ENTRADA	18/05/2023 08:52:15
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
RECURSO PP 15/2023 - KEEP ASSESSORIA			

REQUERENTE	
KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0010406/2023	18/05/2023 08:52:15
REQUERENTE KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA			
ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO RECURSO PP 15/2023 - KEEP ASSESSORIA			



KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº 15/2023.

A **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.422.193/0001-65, por intermédio de seu representante legal o Sr. **WALBER COUTINHO AGUALUZA**, portador da Cédula de Identidade Nº 09.237.042-8 DIC-RJ e CPF Nº 078.086.887-03, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, **DECLARA** que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Cabo Frio 10 de maio de 2023.

Momiguel Gomes

KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA

32.422.193/0001-65
KEEP ASSESSORIA
E SERVIÇOS LTDA
R. Visconde do Ouro Preto, 284
Cabo Frio - RJ Cep 28.909-440

Rua Visconde de Ouro Preto, 284, São Cristóvão, Cabo Frio-RJ Cep 28.909-440
keepassessoria@gmail.com



KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS

A ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA DA CPL DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ.

RECURSO KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023 – PMM

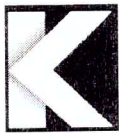
A empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº **32.422.193/0001-65**, sediada na rua Visconde do Ouro Preto, nº 284, São Cristóvão, cidade de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro, CEP 28.909-440, neste ato representada pela sócia administradora, Sra. Monique Fernandes Torres, inscrita no CPF sob o nº 090.043.317-51, por meio desta, vem interpor **Recurso Administrativo** em face da decisão que determinou o não credenciamento para participação do certame:

I – DOS FATOS

A empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, acima qualificada, não foi credenciada para participar na ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023, pela pregoeira substituta THATIA CORRÊA SCHMILDT, com a alegação constante em ata de que: *“a empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA não foi credenciada para participar do certame, uma vez que a empresa não apresentou Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação. Embora fosse possível a Comissão oportunizar a elaboração da declaração de próprio punho, porém causou fragilidade a esta Comissão que o envelope de habilitação parece claramente não conter todas as documentações. Visto que esta comissão tem por base o princípio do formalismo moderado, no qual vícios sanáveis serão retificados em sessão, amparados pelos acórdãos 1211/2021 e 966/2022 TCU, visando priorizar o interesse público e a economicidade. Nesse sentido, a pregoeira substituta informou ao licitante que não oportunizaria a elaboração da declaração, pois poderia trazer prejuízo ao andamento do certame, uma vez que a proposta ofertada impactaria na formulação do ranking e fase de lances. A mesma orientou o licitante, caso discorde dos atos, que seria possível a interposição de recurso e eventual retroatividade dos atos, caso seja julgado procedente suas razões. E, neste sentido, todos os documentos apresentados ficarão sob posse da comissão para fins de comprovação”*

II - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis da decisão que ocorreu em 15 de maio de 2023. Cumpre esclarecer, inicialmente, que a empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o referido artigo.



KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS

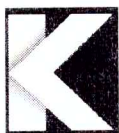
III – DO RECURSO

3.1. Diante do exposto, o procurador e representante legal da empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, o Sr. **WALBER COUTINHO AGUALUZA**, devidamente credenciado para participar do pregão, informou a pregoeira que a empresa tinha toda a documentação necessária para participar do pregão e que por um erro material deixou de apresentar de forma avulsa, segundo pede o item 06.1.6 e prevista no item 10.1, VI, deste edital, a *Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação*, e juntou no Envelope “B”- De Documentação de Habilitação, com as outras declarações. A ausência da referida Declaração é mera irregularidade formal, passível de ser suprida, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O **credenciamento**, a teor do artigo 4º, VI, do r. diploma legal, restringe-se à verificação da identidade do **licitante** ou dos poderes de seu representante, elementos cuja ausência não tem o condão de impedir a participação da empresa no certame, de modo que eventual defeito nessa etapa pode ensejar apenas a impossibilidade de participação na fase de lances. Vale dizer, a não realização do **credenciamento** do **licitante** não implica, de modo algum, a sua **desclassificação** ou **inabilitação** da seleção. Considerando que o artigo 4º, XII, da Lei 10.520 /2002 é expresso ao determinar que a verificação do atendimento das condições fixadas no edital é realizado após o encerramento da etapa competitiva e apenas em relação ao **licitante** que apresentou a melhor proposta, remanesce inequívoca a inversão das fórmulas legais inerentes ao Pregão, ensejando a ilegalidade do impedimento à participação da apelada no presente caso, sendo garantida sua participação no certame a despeito da falta de **credenciamento**.

3.2. Diante dos fatos, foram feitas observações pela pregoeira ao representante da **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, o Sr. Walber, que se justificou, mostrou a declaração pelo celular e repetidamente pediu para imprimir outra declaração para entregar, ou até mesmo fazê-la ali mesmo de próprio punho, e o mesmo foi impedido de participar do pregão, e pela pregoeira foi dito a ele que: *“O ENVELOPE É FINO DEMAIS, É MUITO LEVE... COM OS 10 ANOS DE EXPERIÊNCIA QUE EU TENHO EM PREGÕES A SUA EMPRESA NÃO TEM TODA A DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR... SE EU ABRIR O ENVELOPE E NÃO TIVER A DOCUMENTAÇÃO EU VOU PUNIR A EMPRESA”* e resolveu pela não habilitação.

3.3 Ainda sobre o não credenciamento, foi dito em ata pela pregoeira substituta THATIA CORRÊA SCHMILDT que: *“Quanto à empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, questionou o motivo pelo qual sua empresa não foi credenciada para participar do certame, uma vez que a empresa não apresentou Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, informando que a mesma encontra-se dentro do envelope de habilitação. Cumpre esclarecer que a pregoeira substituta informou que a referida declaração prevista no item 10.1, VI, do instrumento convocatório tem que ser entregue de forma avulsa, junto com o credenciamento. Sendo assim, o mesmo deverá obrigatoriamente apresentá-lo por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, na forma da Lei do Pregão, podendo também ser entregue pelo e-mail maricacpl@gmail.com.”*



KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS

3.4 Diante do presente recurso aos apontamentos feitos, a empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS**, conforme explicado no item 2.2. onde o Sr. Walber, se justificou, mostrou a declaração pelo celular e repetidamente pediu que ele pudesse imprimir outra declaração para entregar, ou até mesmo fazê-la ali mesmo de próprio punho, e o mesmo foi impedido de fazê-lo para poder participar do pregão, ficou registrado na ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023, que a empresa deverá obrigatoriamente apresentá-lo por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, na forma da Lei do Pregão, podendo também ser entregue pelo e-mail maricacpl@gmail.com. .

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Acórdão 1211/2021, Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, **por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

IV – DA CONCLUSÃO

4.1. A empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, não deveria ter sido inabilitada por não ter apresentado a **Declaração que cumpriu todos os requisitos para habilitação** tendo em vista; 1) O representante ter declarado verbalmente que cumpriu os requisitos; 2) Ter apresentado no credenciamento uma certidão de licitantes idôneos; 3) Ter declarado verbalmente a pregoeira, mesmo tendo ciência das sanções punitivas, que queria que abrisse os envelopes para conferência; 4) Ter a possibilidade de ter sido feita a declaração de próprio punho e a pregoeira ter negado com a alegação constante em ata: “porém causou fragilidade a esta Comissão que o envelope de habilitação parece claramente não conter todas as documentações.”; 5) Tendo em vista a empresa KEEP, já ter participado em outubro de 2022 do pregão 35/2022 e ter agido de forma idônea e transparente na apresentação dos documentos;



KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS

6) Não ter até hoje, nenhum fato que justificasse tal postura da pregoeira em desconfiar da seriedade com que empresa participaria desse pregão.

4.2 A empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS** estaria apta para a fase de lances tendo em vista o seu preço de R\$ **1.975.080,12** estar em 3º lugar de acordo com o ranking dos valores na abertura dos envelopes: 7º colocado DUCS COMERCIO R\$ 2.571.039,80, 6º colocado JG TECH R\$ 2.571.039,80, 5º colocado URIB COMERCIO R\$ 2.571.039,80, 4º colocado DAFLA CONSTRUÇÃO R\$ 2.261.548,87, 3º colocado SUNO CONSTRUÇÕES R\$ 1.980.907,99, 2º colocado SUPERNOVA R\$ 1.900.180,53 e 1º colocado V DE O RIBEIRO R\$ 1.533.566,61, tendo então a oportunidade de oferecer o melhor lance, respeitando o princípio da eficiência, economicidade e vantajosidade. Vale ressaltar que nos causou estranheza as empresas posicionadas em 5º, 6 e 7º colocadas no ranking, obterem exatamente o mesmo valor de proposta para os serviços.

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, à V. Sra. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE INABILITAÇÃO**, para determinar a anulação de todos os atos do Pregão Eletrônico nº 15/2023, a partir da fase de Habilitação, visto que a empresa apresentará a declaração conforme solicitado pela pregoeira na 1ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2023 PMM, afirma também que toda a documentação está apta a participação do certame e **declara que cumpriu todos os requisitos para habilitação deste edital.**

Documento assinado digitalmente
gov.br MONIQUE FERNANDES TORRES
Data: 17/05/2023 18:12:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA

- DECAPRAÇÃO DE ATENDIMENTO NOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREÇO ÀS/2023

A KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 32.422.193/0001-65, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, O SR. WALDER COUTINHO AGUIAR, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 09.237.042-8 DIC-RS E CPF Nº 078.086.887-3, PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JUNHO DE 2002, DECARA QUE CUMPRU PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREÇO REFERIDA EM EPIGRAFE.

CABO FRO, 15 DE MAIO 2023.

Monique Torres

